



Chamada Pública n.º 01/2016-GProR/PROAF

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para **PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade de Compras Institucionais com dispensa de licitação, Lei 12.512/2011 de 14/10/2011 e Resolução nº 50/2012, datada de 26.09.2012.

Processo nº 23083.10177/2014-51.

Data de Abertura dos Envelopes: 25.07.2016 às 9h00.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público, nos termos do Decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910, organizada sob a forma de autarquia de regime especial com sede à Rodovia BR 465, Km 7, na cidade de Seropédica – Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 29.427.465/0001-05, representada neste ato pela **Comissão de Julgamento**, ora simplesmente denominada **CJ**, designada pela Portaria nº 25/PROAF 23 de Outubro de 2014, da Pró-reitora de Assuntos Financeiros, Professora Nídia Majerowicz, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.17 da Lei 12512/2011; Resolução nº 50 de 26.09.2012, expedida pelo Grupo Gestor (GD) do Programa de Aquisição de Alimentos (**PAA**)/Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Decreto nº 7.775, de 04.07.2012, expedido pela Casa Civil da Presidência da República, vem realizar **Chamada Pública** para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento a **Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos**, durante o período de 05 de setembro de 2016 ao dia 04 de setembro de 2017.

Os beneficiários produtores deverão apresentar a documentação para Habilitação e Proposta de Venda até o dia 25.07.2016, às 09h00, na sala do Setor de Apoio Psicossocial ao Estudante (SEAPE) – UFRRJ.

1. Objeto

O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, para o atendimento à modalidade de Compra Institucional do Programa Aquisição de Alimentos, conforme especificações abaixo:

Item	Unidade	Quant	Preço unit. SIMA	Preço Total
Mandioca (aipim)	Cx. de 20 kg	250	R\$ 30,00	R\$ 7.500,00
Banana prata climatizada	Cx. de 20 kg	700	R\$ 58,00	R\$ 40.600,00
Abóbora madura	Kg	9000	R\$ 3,00	R\$ 27.000,00
			TOTAL	R\$ 75.100,00

1.1. As aquisições de alimentos, no âmbito da modalidade de Compra Institucional, serão realizadas com dispensa do procedimento licitatório, desde que, cumulativamente, sejam atendidas as seguintes exigências:

I - os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída na Resolução nº 50, de 26.09.2012, e disposto no art.17, parágrafo único, da Lei nº 12.512, de 2011;



II – Em se tratando de Hortifrutigranjeiros, será adotado como referência o contido no Artigo 24, inciso XII da Lei 8666/93, (nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia);

III – Na impossibilidade de efetuar pesquisa de preço para produtos oriundos da agricultura familiar, será utilizado a pesquisa diária do boletim SIMA/RJ (Sistema de Informação de Mercado Agrícola) para produtos convencionais, acrescido de 30% como referência máxima que a Administração se dispõe a pagar para produtos orgânicos, desde que haja certificação por órgão competente.

IV - os beneficiários fornecedores e organizações fornecedoras comprovem sua qualificação, na forma indicada nos incisos II e III do art. 4º do Decreto nº 7.775, de 2012;

V - seja respeitado o valor máximo anual de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para aquisições de alimentos, por unidade familiar, independente de os beneficiários fornecedores participarem de outras modalidades do **PAA**, observado o disposto no art. 19, § 1º, do Decreto nº 7.775, de 2012; e

VI - os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos beneficiários fornecedores e cumpram os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

2. Fonte de Recurso

As despesas correrão por conta dos recursos provenientes da fonte 112 - Tesouro Nacional – Ação 4002 - Funcionamento dos Cursos de Graduação – Elemento de Despesa 339030 - Material de Consumo, até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais), por produtor. (**Redação dada pelo Decreto nº 8293 de 2014.**)

No caso da participação ser representada por associação de produtores ou cooperativas, caberá à mesma o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais) para cada produtor.

3. Das Condições de Participação

3.1. Poderão participar da modalidade Compra Institucional as organizações fornecedoras, definidas como cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado e os demais produtores considerados beneficiários conforme item 3.2 que detenham a Documentação de Aptidão ao PRONAF (DAP).

3.2 Em caso de organizações fornecedoras, deverão manter arquivados os documentos que comprovem os pagamentos aos beneficiários fornecedores pelo prazo mínimo de 10 anos. (Redação dada pelo Decreto nº 8.293, de 2014, artigo 13.º § 4º).

3.3. Serão beneficiários fornecedores da modalidade Compra Institucional os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, atingidos por



barragens e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

3.4. A comprovação da aptidão dos beneficiários fornecedores será feita por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF - DAP ou por outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, em suas respectivas áreas de atuação.

4. Envelope nº. 01 – Habilitação

4.1 As organizações e os agricultores familiares deverão apresentar no Envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de Inabilitação, a saber:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou Jurídica (CNPJ);
- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Para associações e cooperativas DAP Jurídico; Para agricultores familiares individuais DAP Físico.
- c) Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) Em caso de organizações formalmente constituídas, será exigido cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial e Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- e) Declaração de Produção Própria, conforme consta no Anexo III para Pessoa Jurídica e no Anexo IV para Pessoa Física.

5. Envelope nº. 02 – Proposta de Venda

5.1 No envelope nº. 02 deverá ser entregue a Proposta de Venda contendo as seguintes informações:

- **Modelo Anexo I** – para DAP Jurídica;
- **Modelo Anexo II** – para DAP Física.

5.1.1 Valor unitário e valor total de cada item do preço do dia com base no Boletim do SIMA (Sistema de Informação de Mercado Agrícola/ Pesagro/RJ) e o percentual de desconto que será dado para fornecimento dos produtos.

5.1.1.1 Para ter acesso do boletim do SIMA o produtor deverá efetuar um cadastro na PESAGRO/RJ (<http://www.pesagro.rj.br/boletimsima>), Telefone: (21) 2333-8200 no qual receberá por e-mail o boletim diário.



5.1.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos gêneros.

5.2 Os envelopes deverão ser entregues na Divisão de Suprimentos da Assistência Estudantil (DIGSAES) – **Comissão de Julgamento, até as 9h00 do dia 25.07.2016**, mediante declaração de recebimento, situado à Rodovia BR 465, Km 7, Seropédica – RJ (Próximo aos alojamentos masculinos, ao lado do SEAP e setor de manutenção dos alojamentos).

5.3 Os envelopes entregues após o prazo estabelecido, mesmo que por motivos involuntários e independentemente do interstício de tempo, não integrarão os procedimentos desta Chamada Pública e serão devolvidos.

6. Do Credenciamento

6.1. A (s) reunião (ões) realizadas pela **Comissão de Julgamento** poderá (ão) ser assistida(s) por qualquer pessoa, porém só terão direito de usar a palavra, rubricar documentos, assinar a ata, consignar registros, os representantes devidamente credenciados para tanto, o qual deverá ser assinado pelo representante legal da proponente.

6.1.1. O credenciamento deverá ser apresentado à **Presidência da Comissão Julgadora**, no início da reunião de abertura dos envelopes ou constar no envelope nº 01 (documentos de habilitação).

6.2. Fica dispensado o credenciamento de que trata este item, caso a INTERESSADA esteja representada por seu responsável legal, que deverá comprovar essa condição por meio da apresentação do contrato social, estatuto ou documento pertinente, antes do início da reunião.

7. Da Abertura dos Envelopes

7.1. Às **09h01 do dia 25.07.2016**, em reunião pública, na sala de reunião do SEAP, a **Comissão de Julgamento** especialmente designada para este fim pela Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros que procederá à abertura dos envelopes nº 01 – Documentos para Habilitação, que os analisará e procederá a habilitação e distribuirá para apreciação e análise recíproca dos representantes das INTERESSADOS presentes, que os rubricarão, juntamente com os demais membros da Comissão. Os envelopes de nº 02 – Proposta de Venda, permanecerão lacrados e em poder da **Comissão de Julgamento**.

7.2. Na hipótese de não haver intenção de recursos, a **Comissão de Julgamento** registrará em ata a desistência de interpor recurso e efetuará a abertura dos envelopes de nº 02 efetuando a classificação das mesmas durante a reunião, e declarará a vencedora.

7.3. Caso não ocorra desistência expressa ao direito de interpor recursos, nos termos do item anterior, os documentos constantes do envelope nº 02 (proposta de venda) serão examinados em reunião previamente designada pela **Comissão de Julgamento** e divulgada às participantes, sendo os



envelopes nº 02 rubricados pelos presentes credenciados e abrirá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a formalização do recurso e contra-razões.

- 7.4. Findo o prazo estabelecido para apresentação do(s) recurso(s), a Comissão agendará uma nova data e horário para divulgação do julgamento e abrirá os envelopes de nº 02, classificando as propostas considerando vencedora a **Proposta que ofertar o maior desconto percentual, do preço do dia por item.**
- 7.5 - O limite de venda por ano das organizações fornecedoras será a soma dos limites individuais dos beneficiários fornecedores que vendem produtos para as organizações que se enquadram nos critérios definidos nesta convocação.
- 7.6 - As vendas realizadas por organizações fornecedoras deverão ser originadas integralmente de beneficiários fornecedores, conforme definido nesta convocação, devendo ser respeitado o limite individual.
- 7.7 - Para definição dos preços máximos de aquisição será utilizado o boletim do SIMA (Sistema de Informação de Mercado Agrícola) – PESAGRO RIO, para produtos convencionais, acrescido de 30% em se tratando de produtos orgânicos ou agroecológicos dos produtos da agricultura familiar e suas organizações, consoante disposto no art. 17, parágrafo único, da Lei nº 12.512, de 2011.
- 7.8 - Fica facultada ao órgão responsável pela compra a utilização dos preços de referência estabelecidos nas aquisições do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
- 7.9 – Conforme a Resolução nº 50 de 26/09/2012, artigo 7 § 2º, a **Comissão Julgadora (CJ)** classificará as propostas segundo critério de priorização de:
- I - agricultores familiares do município de Seropédica e posteriormente de municípios vizinhos;
 - II - comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas;
 - III - assentamentos da reforma agrária;
 - IV - grupos de mulheres;
 - V - produção agroecológica ou orgânica.
- 7.10 - Na hipótese de empate entre duas ou mais propostas, como critério de desempate, será realizado um sorteio público entre as respectivas empresas, do qual todos serão intimados.
- 7.11 - Serão desclassificadas as propostas:
- a) que não atendam as exigências deste Edital;
 - b) rasuradas ou de interpretação dúbia;
 - c) que oferecerem vantagens baseadas nas propostas dos demais proponentes.



- 7.12 - Proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado à vencedora e encaminhado o processo à homologação pela autoridade competente.
- 7.13 – A **CJ** adjudicará quantos fornecedores sejam necessários para completar o valor total que a instituição demanda de cada item, até completar o valor total deste Edital.

8. Da Publicação do Resultado

- 8.1. O resultado do presente certame será divulgado mediante comunicado aos participantes e publicado no Jornal Rural Semanal, no Diário Oficial da União - Seção 3.
- 8.2. Os demais comunicados e/ou contatos da **Comissão de Julgamento** serão efetuados diretamente ao representante previamente indicado na proposta.

9. Impugnações ao Edital

- 9.1. Ficará impedido de impugnar os termos deste Edital de Chamada Pública, perante a administração o proponente que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes nº 01 (documentos de habilitação).
- 9.2. A impugnação deverá ser entregue no Protocolo Geral da UFRRJ, sito à Rodovia BR 465, Km 7, Seropédica – RJ, e endereçada ao Senhor Pró-Reitor de Assuntos Financeiros.
- 9.2.1 O Protocolo Geral da UFRRJ, após receber a impugnação, encaminhará para a **Comissão de Julgamento** para análise e decisão de aceitação pela autoridade competente, ou seja, o Ordenador de Despesa da UFRRJ.
- 9.3. A decisão sobre a impugnação será (comunicada ao representante da empresa proponente), indicado na proposta, através de fac-símile, e-mail ou comunicação pessoal certificada no processo e, caso procedente a impugnação, o Edital será retificado e será feita uma nova Chamada Pública obedecendo o prazo original.
- 9.4 A partir da data da publicação deste Edital, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, pelo e-mail: (digsaes@ufrj.br) ou formalmente por escrito a **CJ**, sobre quaisquer procedimentos para participação do certame até o 2º (segundo) dia útil que antecederem a abertura do envelope.

10. Dos Recursos Administrativos

- 10.1. O prazo para interposição de eventuais recursos contra os resultados de julgamento de classificação/desclassificação e habilitação/inabilitação será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a intimação do ato ou lavratura da ata de cada fase da licitação, desde que não haja desistência dos proponentes presentes à reunião em que foi divulgado o resultado de julgamento.
- 10.2. Ocorrendo desistência expressa por parte de todas as INTERESSADAS, do direito de interpor recurso, quanto à análise da documentação para habilitação, o



que constará em Ata, a Comissão procederá na mesma reunião, a abertura do envelope nº 02 (proposta de venda), das proponentes classificadas.

10.3. O(s) recurso(s), por escrito, deverá(ão) ser entregues na Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros e endereçada à **Comissão de Julgamento** designada.

10.4. A Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros, após receber o(s) recurso(s), fará o protocolo dos mesmos e solicitará à Comissão a instrução do processo e após, notificará aos demais proponentes da interposição.

10.5. Os demais proponentes terão 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação feita pela Comissão, para apresentação de contrarrazões ao recurso.

10.6. Transcorrido o prazo para apresentação das razões do recurso, o processo será encaminhado à autoridade competente para decisão final.

10.7. A decisão sobre o recurso será divulgada no site próprio da UFRRJ, na Imprensa Oficial e ao representante da empresa, indicado na proposta, através de fac-símile, e-mail ou comunicação pessoal certificada no processo.

10.8. Os envelopes nº 02 (proposta de venda) dos proponentes inabilitados permanecerão lacrados e, após apreciação de eventuais recursos, ficarão à disposição para retirada junto à Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros da UFRRJ.

10.9. A não retirada dos envelopes após 30 (trinta) dias de sua disponibilização acarretará o descarte dos mesmos.

10.10. A inabilitação da INTERESSADA importa preclusão de seu direito de participar da fase subsequente da licitação.

11. Local e periodicidade de entrega dos produtos

11.1 O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) conforme cronograma de entrega estabelecido pela direção do Restaurante Universitário, e poderão sofrer ajustes em função de periodicidade de safra de cada agricultor e conforme o calendário acadêmico da Universidade.

11.2 O(s) produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data envio do pedido.

11.3 O(s) produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza, devidamente classificados dentro dos padrões usuais de mercado, acondicionados e transportadas obedecendo as normas de qualidade para produtos in natura, com tamanho e coloração uniformes.

11.4 Por ocasião da entrega será verificada a qualidade do produto, por um profissional técnico da Área de Alimentação do Restaurante Universitário, que



aprovará ou recusará o recebimento de acordo com a necessidade de utilização do gênero na preparação das refeições do Restaurante.

12. Do Pagamento

12.1 O pagamento será realizado a cada 15 (quinze) dias corridos a contar da data da entrega da primeira remessa, mediante apresentação de documento próprio correspondente ao fornecimento efetuado, e comprovação dos preços praticados no boletim do SIMA, vedada antecipação de pagamento, para cada faturamento.

12.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o atesto pelo servidor competente na nota fiscal referente a entrega.

13. Do Critério de Julgamento de Demais Disposições

13.1 - O critério de Julgamento será o de **maior desconto percentual** dos preços do dia divulgados pelo boletim do SIMA (Sistema de Informação de Mercado) para hortifrutigranjeiros.

14. Da Publicação

14.1. O presente Edital de Chamada Pública estará disponibilizado para impressão e fotocópia mediante acesso ao site www.ufrj.br, a partir do dia 30.06.2016.

14.2. Informações através dos telefones números: 2681-4685 (DIGSAES), 3787-3748 (Restaurante) e endereço eletrônico (digsaes@ufrj.br).

Seropédica, 16 de junho de 2016.

Josué Gonçalves Bahia
Presidente da Comissão de Julgamento



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Comissão de Julgamento
PROAF

CONTRATO N.º/2016.

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016 – GProR/PROAF

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público, nos termos do Decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910, organizada sob a forma de autarquia de regime especial com sede à Rodovia BR 465, Km 7, na cidade de Seropédica – Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 29.427.465/0001-05, representado neste ato pela sua Magnífica Reitora, Professora Ana Maria Dantas Soares, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.17 da Lei 12512/2011; Resolução nº 50 de 26.09.2012 expedida pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos/MDA, através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Decreto nº 7.775, de 04.07.2012, expedido pela Casa Civil da Presidência da República, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ____ (nome do grupo formal) com sede à _____, n.º _____, em _____/UF, inscrita no CNPJ sob n.º _____, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei n.º 12.512, de 14/10/2011, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016 – GProR/PROAF, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de gêneros alimentícios, do PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) da agricultura familiar, para atendimento de parte da demanda regular do Restaurante Universitário da UFRRJ (Campus Seropédica), situado a BR-465, Km 7, Seropédica-RJ, de acordo com o edital da Chamada Pública n.º 01/2016- GProR/PROAF, o qual fica fazendo parte integrante do presente Contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:



O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar será de até R\$ 8.000,00 (oito mil Reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa de Aquisição de Alimentos na Modalidade de Compras Institucionais.

CLÁUSULA QUARTA:

O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) conforme cronograma de entrega estabelecido pela direção do Restaurante Universitário, e poderão sofrer ajustes em função de periodicidade de safra de cada agricultor e conforme o calendário acadêmico da Universidade.

Parágrafo Primeiro: O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) conforme cronograma de entrega estabelecido pela direção do Restaurante Universitário, e poderão sofrer ajustes em função de periodicidade de safra de cada agricultor em concordância com a **Coordenação do Restaurante**.

Parágrafo Segundo: O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante a entrega dos produtos, nas quantidades solicitadas, e na ocasião será verificada a qualidade do produto, por um profissional técnico da Área de Alimentação do Restaurante Universitário, que aprovará ou recusará o recebimento de acordo com a necessidade de utilização do gênero na preparação das refeições do Restaurante.

Parágrafo Terceiro: O(s) produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data envio do pedido. E deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza, devidamente classificados dentro dos padrões usuais de mercado, acondicionados e transportadas obedecendo as normas de qualidade para produtos in natura, com tamanho e coloração uniformes.

Parágrafo Quarto: A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer ônus pelo recebimento de produtos do fornecedor nos períodos de recesso escolar, ou de quantidades produzidas acima da necessidade de demanda do Restaurante Universitário.

CLÁUSULA QUINTA:

Pelo fornecimento do produto, nos quantitativos descritos na Proposta de venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor correspondente aos produtos entregues no interstício de 15 (quinze) dias de fornecimento, mediante apresentação das Notas Fiscais de Venda, e comprovação dos preços praticados no boletim do SIMA, que serão conferidas, atestadas e posteriormente enviadas para pagamento.

CLÁUSULA SEXTA:

No valor mencionado na cláusula quinta estão incluídas as despesas com frete, seguros, embalagens, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer



outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula quarta parágrafo segundo e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do período.

Parágrafo Único: Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA NONA:

Nos casos de inadimplência da CONTRATANTE, proceder-se-á conforme o que determina as legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes da Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra apresentadas nas prestações de contas, bem como a Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

A CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesse particular poderá:

- I. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- II. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- III. fiscalizar a execução do contrato;
- IV. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.



Parágrafo Único: Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Coordenadora do Restaurante Universitário - Campus Seropédica, Servidora Matildes das Dores de Oliveira Carneiro - matrícula 3083188 - UFRRJ.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016-GProR/PROAF, pela Resolução do Grupo Gestor do PAA n.º 50, de 26.09.2012 e pela Lei n.º 12.512, de 14/10/2011, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fac-símile ou e-mail transmitidos pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vigésima, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

As dúvidas e controvérsias porventura surgidas na execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no FORO da justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ, conforme Art. 109, Inciso I, da Lei nº 8.666/93.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE CHAMADA PÚBLICA

E, por estarem de pleno acordo com as Cláusulas e condições expressas neste instrumento, os contratantes citados firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:

Nos termos do Art. 109, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil, é competente o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro, para dirimir questões relativas ao presente Contrato não resolvidas na esfera administrativa.

Seropédica, _____ de _____ de 2016.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
CNPJ nº 29.427.465/0001-05
Contratante

Empresa: _____
CNPJ: _____
Contratada

Testemunhas:

CPF _____

CPF _____